



Relatório da Audiência Pública – Poluição Sonora (10/11/2025)

Resumo Executivo

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo realizou, em 10 de novembro de 2025, uma audiência pública para debater o tema da poluição sonora na cidade. O evento, proposto e presidido pela Vereadora Cris Monteiro, contou com a participação de representantes de diversas secretarias municipais, especialistas em saúde, acústica e direito, lideranças da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora e dezenas de munícipes afetados pelo problema.

Principais pontos discutidos: Os participantes apresentaram dados alarmantes e relatos pessoais sobre os efeitos nocivos do excesso de ruído na saúde pública e na qualidade de vida. Destacou-se que a Organização Mundial da Saúde classifica a poluição sonora como o segundo pior agente poluente ambiental, atrás apenas da poluição do ar. Em São Paulo, registram-se em média 118 queixas diárias de barulho (aumento de 40% em 10 anos) e aproximadamente 81% das chamadas ao 190 referem-se a perturbação do sossego. A falta de sono e o estresse causados por ruídos crônicos vêm elevando casos de hipertensão, arritmias cardíacas, depressão e outros distúrbios de saúde pública. Especialistas enfatizaram que hoje existem evidências científicas robustas desses impactos em todas as faixas etárias, não se limitando à perda auditiva, mas incluindo efeitos cardiovasculares, cognitivos e psicológicos.

Fontes de ruído e problemas levantados: Foram identificadas diversas origens para a poluição sonora urbana. Bares, casas noturnas e estabelecimentos com música alta foram alvo de inúmeras reclamações, especialmente quando funcionam sem isolamento acústico adequado ou extrapolam horários, inclusive em regiões residenciais. Eventos públicos de grande porte (como shows ao ar livre) e “pancadões” informais nos bairros periféricos geram incômodo generalizado, assim como ruídos de trânsito (motos com escapamento aberto, carros de som) e até helicópteros, cujo tráfego intenso em certas rotas tem causado níveis sonoros excessivos. Foram citados casos específicos como os megaeventos em estádios concessionados (Allianz Parque e Pacaembu) e festas em clubes, bem como obras de longa duração (p. ex. empreendimento Cidade Matarazzo) que submeteram moradores a anos de barulho contínuo. Também se discutiu a poluição sonora dentro e ao redor de escolas (ruído de recreios, buzinas, sirenes, vizinhança barulhenta) e outros incômodos urbanos (latidos contínuos de cães em apartamentos, máquinas de lava-rápido, alarmes, etc.).

Conclusões e propostas: Houve consenso de que São Paulo enfrenta uma crise de saúde pública causada pela poluição sonora e que as soluções exigem ação coordenada e determinação política. Apesar de existir um arcabouço legal relativamente robusto –

como o PSIU (Programa de Silêncio Urbano), a Lei de Contravenções Penais e normas de zoneamento com limites de decibéis por zona e horário – a falta de fiscalização eficaz e o descompasso entre órgãos licenciadores e fiscalizadores foram apontados como gargalos principais. Os representantes da Prefeitura reconheceram limitações: hoje o PSIU conta com apenas 35 agentes vistoristas ativos para toda a cidade e não atua 24 horas (fiscaliza mediante agendamento). Em contrapartida, a Secretaria de Segurança Urbana informou que intensificou operações integradas com a Guarda Civil Metropolitana (como a operação “Sono Tranquilo” após as 22h, já com mais de 300 ações realizadas este ano) e que busca aprimorar a legislação para permitir à GCM o uso de decibelímetros na fiscalização.

Dentre as propostas encaminhadas, destacam-se: reestruturação do PSIU (padronização de procedimentos nas Subprefeituras, redução de burocracias e do número de inspeções prévias antes de aplicar sanções), contratação de mais fiscais e convocação dos aprovados em concurso, e melhor integração intersecretarial – sobretudo entre a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento (que emite alvarás de eventos temporários) e a de Subprefeituras/PSIU (que fiscaliza) – evitando autorizações incompatíveis com zonas residenciais ou horários noturnos.

Sugeriu-se vincular multas ao imóvel (e não apenas ao CNPJ do infrator) para coibir a reabertura de bares infratores com novos CNPJs. A Vereadora Cris Monteiro mencionou projetos de lei de sua autoria em tramitação, como a implantação de “radares de ruído” para flagrar motos com escapamento aberto e veículos acima do limite sonoro, e a redução do rito de advertências do PSIU para aplicar multas mais rapidamente. Também enfatizou a prioridade de levar os relatos desta audiência ao Prefeito e aos titulares das pastas, exigindo respostas concretas e cronogramas de ação.

Por fim, destacou-se o papel da sociedade civil organizada. A recém-formada Frente Cidadã pela Despoluição Sonora (com apenas quatro meses de existência) já congrega diversos movimentos de bairros e pretende manter a pauta viva nos três poderes. Foi anunciada a realização do I Encontro Brasileiro pela Despoluição Sonora em 1º de dezembro de 2025, reunindo Ministério Público, OAB, vereadores, deputados e outros atores para avançar em soluções. A audiência pública encerrou-se com apelo coletivo por uma São Paulo “boa para todos”, equilibrando o direito ao lazer, à cultura e à economia criativa com o direito fundamental à saúde, ao meio ambiente equilibrado e à qualidade de vida de seus moradores.

1. Falas dos membros da mesa

Vereadora Cris Monteiro (Presidente da Audiência)

A vereadora Cris Monteiro, proponente da audiência, abriu os trabalhos ressaltando a gravidade do problema de poluição sonora em São Paulo e a necessidade de ação conjunta poder público–sociedade civil. Ela apresentou dados estatísticos: só em 2024 houve em média 118 denúncias diárias de poluição sonora registradas pela Prefeitura (um aumento de 40% em dez anos), e aproximadamente 81,5% das chamadas de emergência (190) na cidade referem-se a perturbação do sossego. Citou ainda que, segundo a OMS, a poluição sonora já é o segundo maior risco ambiental à saúde humana, ficando atrás apenas da poluição do ar. Em analogia, disse que “se São Paulo fosse uma pessoa, estaria há anos sem dormir”, alertando para os efeitos cumulativos do ruído na saúde física e mental da população.

A vereadora descreveu fontes típicas de barulho urbano: tráfego (motores, buzinas e escapamentos adulterados), eventos de carnaval sem planejamento acústico, bares e restaurantes sem adequação acústica, e os chamados “pancadões” em vias públicas. Mencionou sua experiência como integrante da CPI dos Pancadões, salientando o conflito entre o direito ao lazer versus o direito ao sossego. Cris Monteiro relatou que em menos de 3 anos de mandato seu gabinete já atendeu cerca de 1.500 queixas de barulho e incômodo urbano, o que motivou a apresentação de projetos de lei específicos. Entre eles, destacou: (a) o PL 350/2025, que prevê a instalação de radares de ruído capazes de medir som em tempo real e autuar infratores (similar aos radares de velocidade); e (b) o PL 773/2023, visando ampliar e modernizar o PSIU – Programa de Silêncio Urbano – com regras mais restritivas e multas mais rigorosas, inclusive com apoio da Guarda Civil Metropolitana na fiscalização.

A vereadora encerrou sua fala inicial reforçando a importância de unir sociedade civil e poder público na busca de soluções. Solicitou que os representantes das secretarias municipais presentes ouvissem atentamente os depoimentos para levar aos seus superiores o clamor dos munícipes, comprometendo-se ela própria a cobrar providências do Prefeito e secretários envolvidos. Cris Monteiro afirmou que a cidade deve ser “para todos” – tanto para quem quer entretenimento quanto para quem precisa descansar – e que equilibrar esses direitos é essencial na São Paulo contemporânea.

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde

Dr. André Castilho, biólogo e técnico da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa), representou o Secretário Municipal da Saúde (Dr. Luiz Carlos Zamarco). Ele reconheceu a poluição sonora como um problema de saúde pública que contribui para agravos clínicos como hipertensão arterial, arritmias cardíacas, distúrbios do sono e quadros de depressão, entre outros. Dr. André informou, contudo, que não existe hoje na Covisa um

programa específico voltado ao ruído ambiental – diferentemente de outras poluições (água, ar, solo) cobertas por programas como VigiAr e VigiÁgua. Ele propôs levar à Secretaria de Saúde e à Covisa a sugestão de criar um programa de vigilância da poluição sonora, dada a relevância e magnitude do problema evidenciada na audiência. Também mencionou que a saúde ocupacional já lida há décadas com ruído (e.g., casos de perda auditiva induzida por ruído no trabalho) e que seria importante expandir a vigilância para o ambiente comunitário externo, buscando prevenir danos antes que cheguem às unidades de saúde.

Na sequência, a Dra. Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida, fonoaudióloga da Coordenadoria de Atenção Básica, complementou a visão da Saúde no eixo da assistência. Ela destacou que a rede municipal conta com 479 UBS (Unidades Básicas de Saúde), responsáveis por ações territoriais de promoção, proteção e reabilitação em saúde. No contexto de poluição sonora e saúde auditiva, Dra. Sandra enfatizou a necessidade de ações educativas e preventivas junto à comunidade: as UBS, por meio do programa Saúde na Escola, podem trabalhar com alunos, famílias e professores para conscientizar sobre os riscos do barulho e estimular comportamentos de redução de ruído. Ela observou que enfrentar a poluição sonora é um desafio intersetorial, que “nenhuma secretaria dá conta de resolver sozinha” – sendo crucial envolver não apenas Saúde, mas Educação, Urbanismo, Segurança, Subprefeituras e a própria sociedade civil organizada.

No âmbito assistencial, a representante da Saúde lembrou que existem serviços de reabilitação auditiva na rede (Centros Especializados de Reabilitação, CER), que realizam diagnóstico, fornecem aparelhos auditivos e terapias para pacientes com perda auditiva ou hipersensibilidade sensorial. Muitos desses pacientes – incluindo pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA) – sofrem com a exacerbação dos sintomas devido ao excesso de estímulos sonoros. Dra. Sandra concluiu colocando a Saúde à disposição para colaborar de forma integrada e reforçando que o enfoque ideal é preventivo: evitar que os danos do ruído aconteçam, em vez de apenas tratar suas consequências.

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Representando a Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Sra. Elisabeth França, compareceu a Sra. Júlia Maia Gereissati (Secretária-Adjunta da SMUL). Júlia reconheceu que o ruído urbano é um grande desafio regulatório e apresentou uma iniciativa positiva: em maio de 2025 a Prefeitura firmou, via SMUL, um acordo de cooperação com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para elaboração do Mapa de Ruído da Cidade de São Paulo. Esse mapeamento acústico será desenvolvido em três etapas, com expectativa de entrega da primeira fase já no início de 2026. Uma vez pronto, o mapa de ruído será disponibilizado no portal GeoSampa (plataforma georreferenciada municipal), dando transparência pública aos dados sonoros por região.

A secretária-adjunta reforçou que a SMUL está disposta a receber as demandas e sugestões dos munícipes para encaminhar internamente, e comprometida a fazer “o possível e o impossível” dentro de sua alçada para melhorar a qualidade de vida no que tange ao ambiente sonoro. Ela citou que a solução passa por atuação conjunta com as demais secretarias, Câmara Municipal e a colaboração da sociedade. Em termos práticos, a SMUL controla a emissão de alvarás de funcionamento e de eventos temporários, sendo necessário coordenar essas permissões com critérios acústicos adequados. Posteriormente, durante as falas cidadãs, a própria SMUL foi instada a colaborar mais estreitamente com o PSIU para evitar emissões de alvarás de eventos incompatíveis com zonas residenciais ou horários noturnos.

Secretaria Municipal de Segurança Urbana (Guarda Civil Metropolitana)

O Cel. Orlando Morando Júnior, Secretário Municipal de Segurança Urbana, foi representado pelo Cel. Chaves, assessor especial da pasta. Em sua fala, o Cel. Chaves parabenizou a iniciativa da audiência e reconheceu que o barulho excessivo “aprisiona” o cidadão em casa, impedindo-o de descansar e trazendo sensação de impotência – “ficar refém” de um vizinho barulhento, de um pancadão na esquina ou de um carro de som, segundo suas palavras. Ele informou que a Secretaria de Segurança Urbana, por meio da Guarda Civil Metropolitana (GCM), tem empreendido ações para minimizar o problema em áreas críticas da cidade (citações às regiões Leste, Sul e Centro).

O Cel. Chaves lembrou aos presentes que há canais de denúncia específicos sob responsabilidade da Segurança Urbana: o telefone 153 (Central da GCM, 24h) para acionar viaturas da Guarda diretamente, além do 156 (Central da Prefeitura) que repassa as chamadas ao órgão competente – seja Subprefeitura/PSIU, Saúde, ou a própria Segurança Urbana. Em seguida, concedeu a palavra ao Inspetor Queiroz, oficial da GCM responsável técnico por operações contra poluição sonora.

O Inspetor Marcelo Queiroz relatou dados das operações da GCM em 2025: até outubro, foram realizadas 315 ações integradas de apoio ao PSIU (em conjunto com agentes vistorias das Subprefeituras) e 331 operações de combate a “pancadões” em vias públicas. Mencionou também a Operação “Sono Tranquilo”, deflagrada diariamente pela GCM após as 22h, que já contabiliza 56 intervenções em diferentes bairros no ano. Essas operações envolvem apreensão de equipamentos sonoros e dispersão de aglomerações quando necessário. O Inspetor destacou que a GCM sempre atua de forma integrada com as Subprefeituras, apoiando os agentes do PSIU em campo e reforçando a segurança das equipes durante fiscalizações em locais potencialmente conflituosos.

Um ponto importante trazido pela Segurança Urbana foi a necessidade de aprimorar a legislação municipal para permitir que a GCM desempenhe papel mais ativo. Atualmente, os guardas não estão legalmente autorizados a aferir decibéis, dependendo da presença

do técnico do PSIU para constatar a infração. Conforme o Inspetor Queiroz, está em estudo uma mudança normativa para habilitar a GCM a utilizar decibelímetros e autuar diretamente em parceria com os fiscais, tornando as ações mais ágeis e efetivas. Ele concluiu colocando a instituição à disposição e afirmando que a Guarda vê a poluição sonora como um fenômeno multissetorial, requerendo estratégias educativas, preventivas e repressivas simultaneamente. Cel. Chaves complementou que a colaboração dos munícipes é fundamental: denunciando pelos canais certos e cobrando do poder público, a população ajuda a direcionar os recursos de fiscalização para os locais de maior necessidade.

Secretaria Municipal das Subprefeituras (PSIU)

O Secretário de Subprefeituras Fabrício Cobra Arbex enviou como representante o Sr. Leonardo Nunes (assessor), que participou da mesa após chegar com ligeiro atraso. Em nome do Secretário Fabrício e da Secretária Adjunta Tatiana Gomes, Leonardo iniciou manifestando que a pasta de Subprefeituras está aberta ao diálogo e atenta às discussões, inclusive acompanhando os trabalhos da CPI dos Pancadões na Câmara. Ele relatou que diversas ações e projetos internos estão em elaboração para melhorar a eficiência no combate à perturbação do sossego, e que a secretaria reconhece a necessidade de uma atuação “mais integrada e efetiva” envolvendo suas 32 Subprefeituras.

Leonardo explicou brevemente o modus operandi do PSIU: trata-se de um órgão civil de fiscalização, não emergencial, que atua via agendamento das vistorias após registro das denúncias (ou seja, diferente da polícia, que vai imediatamente via 190). Ele reconheceu que as regras vigentes para autuar ruído são bastante minuciosas e burocráticas – por exemplo, a medição técnica exige comparar níveis de decibéis dentro e fora do estabelecimento infrator, considerando limites diferenciados conforme horário e zoneamento. Esse rito complexo, aliado ao pequeno efetivo, muitas vezes torna a resposta do PSIU lenta e insuficiente diante da demanda. Como encaminhamento, informou que o Secretário Fabrício Cobra instituiu um grupo de trabalho para reestruturar o PSIU. Estão sendo estudadas revisões normativas visando simplificar procedimentos e reduzir prazos, de modo a padronizar a fiscalização nas Subprefeituras e torná-la mais célere. Uma possibilidade mencionada foi alterar decretos ou mesmo propor nova legislação específica para áreas problemáticas – citou-se explicitamente o Vale do Anhangabaú e a Avenida Paulista como exemplos onde se discute impor regras acústicas mais rígidas ou limitar horários de eventos.

Durante sua fala, a vereadora Cris Monteiro questionou Leonardo sobre o número de agentes vistoristas do PSIU em atividade na cidade. O representante não tinha o dado exato em mãos, mas mencionou que, conforme informações recentes obtidas na CPI, São Paulo contava com aproximadamente 40 fiscais de PSIU ativos (lembrando que novas contratações ocorreram neste ano para recompor a equipe). Esse contingente foi

confirmado ao final da audiência como 35 agentes em campo e 5 em treinamento, segundo informação obtida pela vereadora. Leonardo admitiu que o número é aquém do necessário para uma metrópole de 12 milhões de habitantes e 1521 km², mas destacou que há um esforço para nomear novos fiscais aprovados em concurso de 2023 – comentário alinhado depois pelo participante online Alexandre (ver adiante) sobre 124 nomeações em andamento.

Por fim, o representante das Subprefeituras reiterou que a secretaria vê a poluição sonora como questão prioritária e está “de ouvidos abertos” às propostas trazidas pela população. Ressaltou a importância de conciliar o direito ao trabalho, lazer e cultura com o direito ao descanso, e que soluções efetivas surgirão do acolhimento das sugestões e do trabalho conjunto entre órgãos públicos e sociedade. A pasta de Subprefeituras se comprometeu a receber formalmente as demandas específicas relatadas na audiência e a avaliar alterações nos procedimentos e normas vigentes para melhorar a resposta às denúncias de ruído.

Secretaria Municipal de Cultura

Pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMCEC) – cujo titular, Sr. José Antônio Parente, conhecido como “Totó”, encontrava-se ausente – falou o Sr. Caio Soares, assessor do gabinete. Em nome do secretário “Totó” Parente e do adjunto Rodrigo Massa, Caio iniciou agradecendo a realização do debate e enfatizando que a Secretaria de Cultura, enquanto grande promotora de eventos na cidade, não se furta a essa discussão. Ele defendeu que é possível e necessário compatibilizar o direito à cidade e à cultura com o direito ao sossego, relatando medidas que a Cultura já vem adotando para mitigar impactos sonoros de suas atividades.

Caio apresentou números expressivos: somente em 2025, a Secretaria de Cultura realizou mais de 7 mil contratações artísticas para eventos de múltiplos portes – desde pequenos shows em bairros até grandes festivais como o Carnaval de Rua e a Virada Cultural. Todos esses eventos, segundo ele, foram planejados com articulação intersecretarial forte, visando segurança, organização e redução de impactos para a comunidade do entorno. Como exemplo, no Carnaval de 2025 (considerado o maior do Brasil, com estimados 16 milhões de participantes), a Cultura trabalhou junto à Secretaria das Subprefeituras para implementar: limitação de horário dos blocos de rua (dispersão até 19h) e limpeza rápida das vias, tendo conseguido entregar a cidade limpa aos moradores apenas 40 minutos após o fim dos desfiles. Essas medidas, afirmou, mostraram que mesmo um evento massivo pode ser organizado de modo a não gerar transtorno prolongado – embora inevitavelmente haja ruído e movimentação intensos no momento da festa, o planejamento garantiu que logo em seguida a normalidade e o silêncio retornassem ao bairro.

Quanto à Virada Cultural, evento contínuo de 24 horas, Caio explicou que em 2025 a Secretaria limitou os horários de palco nos bairros: dos 21 palcos distribuídos pela cidade, todos encerraram a programação local às 22h do sábado, e no domingo nenhuma atividade passou das 19h. Paralelamente, foi montado um esquema robusto de dispersão e limpeza semelhante ao do carnaval. Com isso, procurou-se minimizar a exposição noturna dos residentes ao som e acelerar a devolução do espaço público para uso cotidiano. Caio reconheceu que eventos culturais trazem benefícios – movimentam a economia criativa e oferecem lazer gratuito – mas deixou claro que a Cultura assume a responsabilidade de mitigar seus ônus. A secretaria está presente para ouvir as críticas dos munícipes e aprimorar continuamente os protocolos, para que “aqueles que participam da festa tenham diversão garantida, e aqueles que moram ao redor tenham seu sossego garantido após o término”.

Ao encerrar, Caio reforçou o compromisso da Secretaria de Cultura com o diálogo. A Pasta levará as demandas desta audiência ao Secretário e se prontificou a planejar eventos cada vez mais bem estruturados acusticamente. “Devolver a cidade ao munícipe” – isto é, assegurar que passado o momento cultural a vizinhança retome seu cotidiano sem resquícios de perturbação – foi citado como um princípio norteador das políticas da SMCEC.

Especialistas Convidados e Sociedade Civil

Dr. Waldir de Arruda Miranda Carneiro, advogado especialista em Direito Urbanístico e perturbações sonoras (autor do livro “Perturbações Sonoras nas Edificações Urbanas”), foi convidado a compor a mesa e teve tempo ampliado para exposição técnica. O Dr. Waldir iniciou agradecendo à vereadora Cris Monteiro pelo convite e destacou sua experiência de mais de 40 anos na advocacia, sendo 25 dedicados a casos de perturbação do sossego. Ele afirmou que o tema evoluiu de um simples incômodo de vizinhança para um problema grave de saúde pública e ambiental, reconhecido internacionalmente pela OMS como a segunda forma mais danosa de poluição, depois da atmosférica.

Com base em pesquisas europeias e norte-americanas, e em estudos brasileiros como os do Dr. Fernando Pimentel de Souza, ressaltou os efeitos fisiológicos do ruído, especialmente a superficialização do sono causada por sons de apenas 32–35 decibéis, o que impede a recuperação adequada do organismo e acarreta danos crônicos à saúde.

Do ponto de vista jurídico, explicou que hoje não há mais dúvida sobre a causalidade entre o ruído e o dano, o que representa um avanço importante em relação às decisões judiciais de décadas passadas — quando o barulho era tratado como mero aborrecimento. Citou precedentes históricos que ilustram essa mudança de paradigma e defendeu que o direito ao silêncio decorre do princípio de convivência social e respeito mútuo.

Em seguida, revisou o arcabouço legal existente, destacando:

- o art. 1.277 do Código Civil (direito de vizinhança);
- o art. 42 da Lei de Contravenções Penais (proteção ao sossego e ao trabalho);
- e o art. 54 da Lei de Crimes Ambientais (que eleva a poluição sonora ao plano coletivo).

Reconheceu que, embora a legislação seja robusta, a aplicação prática é deficiente, tanto por dificuldades de acesso à Justiça (processos caros e demorados) quanto pela incapacidade operacional da polícia em atender o volume de ocorrências — cerca de 30% das chamadas durante a semana e 70% nos finais de semana, segundo dados do COPOM.

Para enfrentar o problema, sugeriu três frentes principais:

1. Aparelhar melhor as forças policiais, reconhecendo que a PM tem limitações operacionais e que a Guarda Civil Metropolitana (GCM), após decisão recente do STF, passou a poder atuar em policiamento preventivo e ostensivo.
2. Aprovar legislação municipal específica que regule essa atuação integrada, tornando-a mais acessível e menos burocrática.
3. Ampliar a aplicação de multas e sanções administrativas como instrumento efetivo de controle.

Concluiu reafirmando que o ruído urbano é um problema comprovado, grave e urgente, que exige ação coordenada entre o Estado e o município para garantir o direito à saúde, ao sossego e à dignidade humana.

Arq. Marcos Holtz, arquiteto urbanista e presidente executivo da ProAcústica (Associação Brasileira para a Qualidade Acústica), trouxe a perspectiva técnica de planejamento urbano e engenharia acústica. Holtz iniciou agradecendo à vereadora Cris Monteiro e destacou que a ProAcústica já realizou, entre 2014 e 2016, três grandes audiências públicas na Câmara Municipal sobre o tema do ruído urbano — eventos que contribuíram para a criação da Lei do Mapa de Ruído de São Paulo, recentemente contratada pela Prefeitura para execução.

Ele dividiu sua análise em duas frentes principais: fiscalização (curto prazo) e planejamento (médio e longo prazos). Segundo Holtz, atuar apenas na fiscalização significa reagir a problemas já instalados; é preciso investir em prevenção acústica urbana, de modo semelhante ao que se faz em políticas de saúde ou controle da poluição atmosférica.

No curto prazo, defendeu o reforço do PSIU e da estrutura de fiscalização municipal, lembrando que São Paulo possui apenas cerca de 40 fiscais para toda a cidade. Essa limitação, segundo ele, transforma um problema de saúde pública em também um problema de segurança pública, pois sobrecarrega os canais de atendimento policial.

Propôs o uso de tecnologia e monitoramento remoto para tornar a fiscalização mais ágil, inteligente e conectada — por exemplo, com sensores e sistemas automáticos de medição e controle em tempo real.

Sugeriu também que o licenciamento de atividades e eventos inclua exigências técnicas claras, como o uso de limitadores de volume lacrados em casas noturnas e sistemas de som, prática já adotada em outros países, com multas automáticas em caso de violação.

No campo do planejamento e prevenção, destacou a importância do Mapa de Ruído como instrumento de gestão, desde que acompanhado de planos de ação periódicos (a cada cinco anos, conforme a lei), capazes de reduzir os níveis de ruído e orientar políticas públicas — como a priorização da frota elétrica de ônibus em áreas mais críticas, o uso de asfalto silencioso, e a redução de velocidade de tráfego em zonas residenciais sensíveis.

Por fim, enfatizou a dimensão educacional e cultural do problema. Defendeu que o combate à poluição sonora também passa por educação cívica e ambiental, ensinando desde a infância que o ruído produzido é uma responsabilidade individual e coletiva. Mencionou iniciativas do MEC que já incluem o tema em livros didáticos, e afirmou que conscientizar a população é essencial para transformar comportamentos e promover o respeito ao outro no espaço urbano.

Holtz concluiu que o combate ao ruído exige integração entre fiscalização, planejamento e educação, com tecnologia, políticas públicas consistentes e engajamento social permanente.

Dra. Ana Cláudia Fiorini, doutora em Saúde Pública e fonoaudióloga com mais de 30 anos de atuação em pesquisa sobre poluição sonora, abordou o tema sob o prisma epidemiológico e dos efeitos na saúde da população. Iniciou parabenizando a iniciativa e manifestando alegria em finalmente ver tanta força coletiva reunida (autoridades e sociedade) para tratar do assunto – destacou a importância da Frente Cidadã recém-criada, na qual também colabora. Em sua apresentação, ela estruturou três pontos: (1) definição de poluição sonora; (2) seus efeitos sobre a saúde; (3) possíveis soluções do ponto de vista da saúde pública.

A Dra. Ana Cláudia reforçou que poluição sonora é sim questão de saúde pública e deve ser reconhecida oficialmente como tal. Ela contextualizou que a OMS, desde 2011, coloca o ruído como a segunda maior causa de poluição ambiental, e há tendências de se tornar a primeira. Conceituou poluição sonora como o conjunto de sons indesejáveis que afetam o bem-estar, mas chamou a atenção para um aspecto único: a subjetividade. “O que é ruído para mim pode não ser para você” – ou seja, a percepção de incômodo varia. Isso tem dois corolários: primeiro, até sons “desejados” (música alta que a própria pessoa escuta por gosto) podem causar danos fisiológicos se abusivos; segundo, há um

limite social à liberdade individual de fazer som, pois o som viciante e prazeroso para um pode ser torturante para o vizinho. Ela citou que o som age no organismo liberando adrenalina e noradrenalina, gerando excitação – por isso vicia e muitos desenvolvem tolerância crescente a volumes altos. Essa compreensão neurofisiológica explica, por exemplo, por que jovens nos pancadões não sentem o incômodo que seus vizinhos idosos sentem: há diferenças de expectativa e hábito, além de uma anestesia momentânea pelo prazer. Todavia, alertou que o dano orgânico independe do gosto – células ciliadas do ouvido e sistemas cardiovasculares sofrem com exposição prolongada, queira ou não o indivíduo. Logo, “acabar com todo ruído do mundo” é impossível, mas reduzir a poluição sonora é necessário e urgente.

Sobre os efeitos comprovados do ruído, Ana Cláudia enumerou uma série de problemas evidenciados em literatura científica internacional e documentos da OMS. Hoje há evidência robusta de que exposição a níveis elevados de ruído contribui para: distúrbios auditivos (perda auditiva induzida, zumbidos, hiperacusia), distúrbios do sono (dificuldade de dormir, fragmentação do sono, baixa qualidade do repouso), problemas cardiovasculares (elevação de pressão arterial, maior risco de infarto e AVC), déficits cognitivos (dificuldade de concentração, pior desempenho escolar em crianças expostas a ambientes ruidosos) e problemas de saúde mental (estresse crônico, irritabilidade, ansiedade e potencialmente depressão). Ela citou que a OMS publica manuais que compilam esses efeitos por faixa etária – “desde o bebê até o idoso” – e que todos estão suscetíveis de alguma forma, com particular preocupação a idosos, doentes e crianças pequenas, mais vulneráveis. Mencionou uma pesquisa que coordenou há 20 anos com moradores do entorno do Parque do Ibirapuera (área teoricamente verde e tranquila, mas afetada por sobrevoos do Aeroporto de Congonhas e helicópteros da Berrini) onde, mesmo naquela época, a poluição sonora apareceu como a segunda maior preocupação urbana dos moradores, só perdendo para a violência. Isso indica que muitas pessoas já percebiam o ruído como um mal significativo, mesmo antes dele ganhar manchetes.

No eixo de soluções e recomendações, a Dra. Ana Cláudia reforçou a palavra “prevenção”. Ela apelou para que a poluição sonora seja incorporada nas políticas de saúde ambiental e urbana, com campanhas educativas massivas. A especialista sugeriu que cada setor faça sua parte: Saúde incluindo triagem de distúrbios relacionados a ruído nas consultas; Educação ensinando desde cedo sobre os riscos do som alto e valorização do silêncio; Urbanismo planejando zonas de silêncio e exigências acústicas; Cultura inovando em eventos silenciosos ou com fones de ouvido (como já ocorre em festas silent disco); e Segurança atuando para garantir o cumprimento das leis existentes. Recomendou atenção especial às “fontes invisíveis” de ruído crônico, como o ruído contínuo em hospitais (equipamentos) – caso relatado por munícipes – e ruídos em condomínios (animais de estimação, reformas), que afetam muito a saúde mental e merecem protocolos de solução amigável. Por fim, Dra. Ana Cláudia celebrou o engajamento social recente: “Poluição sonora ficou muito tempo sem evidência, mas hoje não adianta discutir: tem comprovação científica. A sociedade civil está se

organizando e tem poder nisso” – elogiando a mobilização da Frente Cidadã e pedindo que as pessoas participem ativamente, pois “vivemos num mundo sonoro e todos somos ao mesmo tempo vítimas e agentes; só juntos encontraremos o equilíbrio”.

Marcelo Sando, representante da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora, foi convidado como voz da sociedade civil organizada na mesa. Marcelo é idealizador da Frente, lançada há poucos meses, e do movimento Paulista Boa Para Todos. Iniciou sua fala apresentando a origem pessoal de seu engajamento: mora há 13 anos na Avenida Paulista e vivenciou, ao longo da implementação do programa Paulista Aberta, a transformação de um projeto originalmente voltado ao convívio e à qualidade de vida em uma crise sonora e de convivência urbana. O fechamento da avenida, pensado para reduzir o ruído do tráfego e promover o uso cidadão do espaço, acabou atraindo eventos com som amplificado, cultos, bandas e baterias universitárias, transformando o local — um “cânion urbano” — em um ambiente de reverberação sonora intensa.

Segundo ele, os cerca de 6 mil moradores da Avenida Paulista vivem há anos sob níveis de ruído entre 75 e 100 decibéis, o que caracteriza uma situação crônica de insalubridade e sofrimento psíquico. Denunciou a invisibilidade desses moradores, frequentemente vistos como inexistentes em uma via considerada apenas comercial, e destacou que essa invisibilidade gera revolta, adoecimento e desamparo.

Marcelo propôs uma reflexão filosófica e ética sobre o uso do espaço público. Para ele, a rua — por ser compartilhada — deve ter mais restrições à liberdade individual do que o espaço privado. A liberdade de expressão artística, política ou religiosa encontra limite no direito à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Essa tensão entre direitos fundamentais exige mediação do poder público, cuja função é garantir o equilíbrio entre os diferentes interesses que coexistem na cidade.

Da sensação de invisibilidade e de impotência vivida pelos moradores da Paulista nasceu o movimento Paulista Boa para Todos e, a partir dele, a criação da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora, que reúne moradores de diversas regiões de São Paulo — como o Pacaembu, Allianz Parque, Vale do Anhangabaú, Bom Retiro, Ipiranga, Barra Funda, Belém e Capão Redondo — todos afetados pela poluição sonora e pela falta de respostas eficazes do poder público.

Marcelo reafirmou que a poluição sonora é uma crise de saúde pública, comprovadamente associada a doenças cardiovasculares, metabólicas, psiquiátricas e neurológicas, e alertou que há 116 projetos de lei sobre ruído tramitando na Câmara Municipal, o que evidencia a desorganização normativa e a urgência de uma abordagem integrada.

Defendeu três eixos de ação prioritária:

1. Normatização clara e unificada, tratando o ruído como problema de saúde pública;
2. Reestruturação dos processos de licenciamento e autorização, com obrigatoriedade de estudos de impacto acústico e de vizinhança;
3. Fortalecimento da fiscalização e uso de tecnologias de monitoramento ativo.

Encerrando, Marcelo destacou o papel da audiência pública como espaço de escuta e encaminhamento efetivo, lembrando que cabe à Câmara Municipal não apenas legislar, mas também fiscalizar a ação do Executivo. Convidou os representantes dos movimentos e das secretarias a participarem ativamente, afirmando que a escuta pública deve se transformar em ação concreta, para que São Paulo possa avançar rumo a uma cidade mais saudável, justa e habitável.

2.1 Barulho de bares, casas noturnas e festas em geral

Este foi o tema mais recorrente, mostrando que bares com música alta, casas de eventos e festas de rua são percebidos pelos moradores como uma das principais fontes de perturbação do sossego.

Daniel Sabino (Vila Mariana)

Morador da região da Rua Joaquim Távora, Daniel relatou o caso do bar “Genuíno”, que funciona com música ao vivo em alto volume, com bandas grandes, e impacto direto nos apartamentos vizinhos. Explicou que o estabelecimento atua, na prática, como casa de shows sem a devida adequação acústica. Relatou chamadas ao 190, multas e ações de fiscalização que reduzem o som por alguns minutos, mas, em seguida, o volume volta a subir. Destacou a diferença entre a medição na porta do bar e a sensação real dentro das residências, comparando com o conceito de “sensação térmica”: o número de decibéis não traduz o incômodo vivido pelos moradores. Defendeu medidas mais firmes em caso de reincidência, inclusive lacração, e sugeriu que a responsabilidade recaia também sobre o imóvel (proprietário), e não apenas sobre o CNPJ do inquilino, para que haja incentivo à solução do problema.

Cristine de Toledo (Vila Mariana)

Arquiteta, Cristine descreveu a abertura recente de um bar próximo à sua casa, que rapidamente se tornou uma fonte intensa de ruído. Apontou suspeitas de irregularidades no licenciamento (uso de endereço vizinho para obter alvará) e relatou que, embora tenham sido aplicadas autuações, foi informada na Subprefeitura de que, naquele momento, só restava “aguardar prazos legais”. Criticou a prática de trocar de CNPJ para escapar de multas e reforçou a necessidade de vincular a responsabilidade ao imóvel (IPTU). Também relatou frustração com o atendimento policial, afirmando sentir falta de seriedade na fiscalização.

André (Pinheiros/Vila Madalena)

Síndico de edifícios residenciais na região, André relatou problemas com bares e lotes abertos que funcionam com música ao vivo e atividades na calçada até tarde da noite, afetando dezenas de famílias. Mencionou o uso de som automotivo, instrumentos musicais na rua e a ocupação do espaço público por mesas e frequentadores. Segundo ele, mesmo após denúncias ao PSIU, à Polícia Militar e ao Ministério Público, muitos estabelecimentos continuam operando de maneira barulhenta, sem respeito a horários e à vizinhança, gerando sensação de impotência entre os moradores.

Regina (Vila Buarque/Santa Cecília)

Moradora da região central, Regina descreveu um conjunto de fontes de ruído no entorno da Santa Casa de Misericórdia: uma turbina/barulho constante no hospital durante a noite, três lava-rápidos com maquinário ruidoso e bares/botecos em frente ao seu prédio. Relatou mais de uma década de reclamações ao 156 e ao 190, com soluções apenas temporárias. Narrou um episódio de ameaça de morte após um policial revelar aos proprietários de um dos estabelecimentos que era ela quem fazia as denúncias. Também descreveu a situação no Carnaval de rua na área hospitalar: som estrondoso e carros alegóricos com casais em atos obscenos, o que considera incompatível com o entorno da Santa Casa. Pediu proteção a denunciantes, respeito às áreas residenciais e hospitalares e fiscalização efetiva.

Sandra Mara (Belenzinho)

Representando moradores do Belenzinho, especialmente da região da Rua Nelson Cruz, Sandra relatou a combinação de bares/“adegas” irregulares e festas de rua do tipo pancadão, com paredões de som que funcionam até altas horas. Destacou o impacto sobre dois hospitais próximos e sobre milhares de moradores, incluindo idosos e crianças autistas. Relatou atuação junto ao Conseg e a operações anteriores que chegaram a fechar temporariamente estabelecimentos, mas que não se mantiveram. Descreveu a presença de “olheiros” que avisam a aproximação de viaturas, permitindo que o som seja reduzido ou desligado momentaneamente. Cobrou uma ação integrada do poder público (Subprefeitura, GCM, PM, assistência social) e criticou respostas do tipo “é difícil resolver”, insistindo na necessidade de medidas concretas e permanentes.

Alan Salles (Centro – Av. São Luís / Círculo Italiano)

Alan, morador antigo da Av. São Luís, relatou enfrentar há cerca de três anos festas semanais realizadas no Círculo Italiano, com música alta e vibração suficiente para fazer tremer as janelas de seu apartamento no 14º andar. Contou que está à base de ansiolíticos há anos e que recentemente precisou ser levado ao hospital com pressão arterial a 18, após uma noite em que o clube promoveu duas festas simultâneas e instalou três geradores na porta, cujo ruído inviabiliza o sono de toda a vizinhança. Disse já ter procurado a direção do clube e o CONSEG, mas ouviu que nada poderia ser feito porque o espaço foi terceirizado e o próprio clube cede salas para as reuniões do conselho, o que, na prática, bloqueia a atuação. Relatou vizinhos adoecidos e um sobrinho autista que entra em crise ao ver os geradores sendo ligados. Criticou

duramente a ineficiência do PSIU, que o encaminha para atendimento automatizado sem retorno efetivo, e pediu que a Prefeitura ofereça respostas concretas e fiscalização real para coibir festas reiteradas em clubes inseridos em áreas residenciais consolidadas.

Guilherme Calinda (Santo Amaro – clube hípico)

Guilherme, morador de zona estritamente residencial em Santo Amaro, relatou que um clube hípico vizinho à área de proteção ambiental passou a sediar festas de casamento com sistemas de som de grande porte, do tipo Line Array, equivalentes a estruturas usadas em festivais. Explicou que esses equipamentos projetam o som a longas distâncias e comparou sua potência a uma “bala de fuzil”, em contraste com sons domésticos antigos. Contou que, em agosto, setembro e outubro, houve casamentos em quase todos os fins de semana, com alvarás autorizando som até 4h da manhã, mesmo em área sensível. Apesar de sucessivas reclamações ao PSIU e à polícia, os eventos seguem sendo autorizados de forma sistemática. Defendeu a revisão dos critérios de concessão de alvarás em zonas Z01, com limites específicos por tipo e potência de equipamento de som e maior controle “de cima” sobre a atuação local das subprefeituras.

Alda e Dirce (Amorp – Alameda Rio Claro / entorno Cidade Matarazzo)

Alda e Dirce, representantes da Amorp, associação recém-criada que abrange moradores da Alameda Rio Claro, Itapeva e Pamplona, reforçaram o caso do complexo Cidade Matarazzo, enfatizando o caráter de crise de saúde pública. Relataram que, apesar de a região ter suportado mais de uma década de obras intensas, com caminhões, caçambas e intervenções viárias, o empreendimento segue acumulando premiações internacionais, inclusive por “benefícios à vizinhança”, em completa dissonância com a experiência cotidiana dos moradores. Contou que a associação já realizou inúmeras reuniões com subprefeitura e demais órgãos, obteve a abertura de inquérito no Ministério Público e segue reunindo vasta documentação sobre barulho constante de festas e eventos, para além dos ruídos de carga e descarga e trânsito desviado para atender o empreendimento. Mencionou denúncia recente a Licenciamento sobre pedido de autorização de funcionamento para grande área de eventos, com capacidade declarada muito inferior ao uso real. Cobrou que a Prefeitura e os órgãos públicos façam valer a legislação já existente, garantindo que o direito ao sossego dos moradores prevaleça sobre interesses econômicos de grandes empreendimentos.

Outros depoimentos relacionados a bares/festas:

- **Rodrigo Dario** (Santa Cecília/Barra Funda) mencionou a proliferação de bares de calçada e “adegas 24h” em Santa Cecília, Vila Buarque, Barra Funda e Campos Elíseos, com ruas tomadas por mesas e cadeiras, e ruído constante no período noturno.

- **Jair Oliveira** (periferia/Capão Redondo) relatou conviver desde sempre com bares e pancadões em áreas periféricas, ressaltando a insegurança dos moradores para denunciar, devido a ameaças e retaliações.
- **Saul** (Bom Retiro) citou bares com som alto, carros com “paredões” e estacionamentos que se transformam em baladas, questionando também eventos promovidos ou autorizados pela própria Prefeitura em áreas residenciais. Descreveu o padrão de comércios que funcionam como serviços de dia (restaurantes, estacionamentos etc.) e se transformam em bares e casas de evento à noite, com caixas de som muito potentes voltadas para a rua. Apontou que esse modelo se espalhou por toda a cidade, fazendo com que “ninguém mais encontre silêncio”, nem em praças nem em parques. Destacou que não basta criar novas leis: é preciso mudar a cultura de uso do espaço público (“eventismo”), fazer valer limitadores de som e regras já existentes e recolocar o direito ao silêncio e ao descanso como um valor coletivo a ser protegido.
- **Walter** (Morumbi), arquiteto e urbanista há mais de seis décadas, destacou a importância de se respeitar a Lei nº 16.402/2016, especialmente o Quadro 4B – Parâmetros de Incomodidade por Zona, que define os limites máximos de ruído para cada tipo de zona urbana em São Paulo. Explicou que seu bairro, classificado como Z1 (estritamente residencial), tem limites de 50 dB durante o dia, 45 dB à noite e 40 dB na madrugada, mas que esses parâmetros são sistematicamente ignorados. Disse participar do Conseg Morumbi desde 2019, apresentando repetidas denúncias sobre o barulho de shows e eventos no estádio do Morumbi, sem providências efetivas do poder público. Como exemplo, relatou uma medição feita dentro de sua residência no dia 1º de novembro, às 16 h, antes mesmo do início de um show, em que o som já atingia 80 dB, valor muito acima do permitido. Encerrando, pediu que o poder público cumpra a legislação existente e que a fiscalização volte a ter efetividade técnica e moral, para que os moradores possam viver com dignidade acústica.
- **Beni Becker** destacou que, nas periferias, a aplicação de multas não resolve o problema do barulho porque muitos bares não possuem alvará, o que torna a fiscalização praticamente inócua. Explicou que, quando a polícia se aproxima, moradores e comerciantes se avisam por rádio e o som é imediatamente desligado, criando um ambiente em que até os policiais hesitam em entrar sem grande efetivo. Relatou que, vivendo hoje em área periférica, vê problemas estruturais — lixo na rua, cães soltos, ausência de ordenamento urbano — que mostram que a solução não é apenas repressiva. Defendeu que São Paulo precisa seguir o exemplo da política antifumo, que reduziu drasticamente o tabagismo por meio de campanhas de educação e mudança cultural, e propôs que o combate ao excesso de ruído inclua trabalho social comunitário e, quando necessário, multa diretamente vinculada ao imóvel, como já viu funcionar em Itanhaém.

De modo geral, as falas sobre bares e festas noturnas convergiram em alguns pontos: percepção de impunidade e reincidência dos estabelecimentos, dificuldade de fiscalização em horários críticos (noite e madrugada), risco de retaliação a denunciante e desejo de que o poder público utilize, quando necessário, medidas mais duras, além de responsabilizar proprietários dos imóveis, e não apenas os operadores dos bares.

2.2 Ruídos de grandes eventos públicos e espaços de show

Vários municípios abordaram grandes eventos culturais e esportivos – públicos e privados – como fonte relevante de poluição sonora, apontando o conflito entre a vocação cultural/turística da cidade e o direito ao sossego de moradores de bairros afetados.

Bruno Maia (Santa Cecília)

Vice-presidente do CONSEG Santa Cecília, Bruno criticou a organização do Carnaval de Rua, relatando grande número de blocos desfilando na mesma região, alguns próximos à ala pediátrica da Santa Casa. Argumentou que a Prefeitura não tem ouvido adequadamente as associações de bairro na definição de trajetos e horários, enquanto privilegia o discurso festivo e os interesses econômicos envolvidos. Também mencionou o aumento de eventos de rua (shows e feiras) no centro, transformando a região em uma “Vila Madalena 2”, e defendeu limites mais claros para a frequência e o horário desses eventos.

Jupyra (Perdizes/Allianz Parque)

Moradora do entorno do Allianz Parque, Jupyra relatou que a arena vem realizando shows frequentes ao longo do ano, em horário noturno, com intensidade sonora e vibrações perceptíveis nos prédios residenciais vizinhos. Mencionou episódios em que moradores chamaram a Defesa Civil por sentirem o edifício tremer. Apontou conflitos entre órgãos municipais: enquanto o PSIU aplica autuações, outros órgãos seguem emitindo alvarás para novos eventos. Criticou tentativas legislativas de elevar limites de ruído em benefício de grandes empreendimentos e defendeu maior rigor e transparência na concessão de licenças, bem como participação dos moradores nessas decisões.

Fábio – Associação Viva Pacaembu

Fábio contextualizou a transformação do Estádio do Pacaembu em complexo multiuso sob concessão privada, com múltiplos espaços de evento. Relatou que, além de jogos, passaram a ocorrer shows, eventos diversos e montagens/desmontagens de estruturas em horários estendidos, inclusive à noite, impactando moradores de Perdizes e Consolação. Mencionou o deslocamento de atividades tradicionais (como a feira livre) e a ocupação recorrente da Praça Charles Miller por eventos, o que, segundo ele, limita o uso cotidiano do espaço pelos moradores. Questionou a ausência de estudo de impacto de vizinhança adequado e defendeu aplicação rigorosa de cláusulas contratuais relacionadas a ruído, bem como revisão de alvarás incompatíveis com a natureza residencial do entorno.

Maria Laura (Lapa/ativismo urbano)

Arquiteta urbanista, Maria Laura criticou a tendência de autorizar eventos barulhentos em espaços públicos como o Vale do Anhangabaú, que, segundo ela, deixou de ser um espaço de passagem e convivência para se tornar palco constante de eventos sonoros intensos. Defendeu que a regulação de ruído siga parâmetros científicos (como os 55 dB recomendados para áreas residenciais) e não interesses pontuais. Relacionou a poluição sonora a outras questões ambientais (árvores, ar, água) e à falta de planejamento urbano integrado.

Walter (Morumbi)

Walter trouxe o exemplo do Estádio do Morumbi, mostrando gravação de passagem de som em horário vespertino com níveis elevados de ruído dentro de casa, em zona estritamente residencial. Questionou a compatibilidade desses eventos com o zoneamento e pediu o cumprimento simples e objetivo da legislação vigente, salientando que, se a lei fosse efetivamente aplicada, muitos dos problemas relatados deixariam de ocorrer.

Carlos (Centro – Barão de Itapetininga)

Comerciante no centro, Carlos relatou a história de décadas de uso intenso do calçadão por camelôs e músicos de rua com som amplificado, citando casos de zeladores que sofreram infartos após noites de barulho contínuo nas imediações. Comparou a situação a um “experimento sonoro” cruel, mencionando o filme “O Ovo da Serpente”. Criticou a submissão do poder público a interesses econômicos na hora de autorizar eventos e elogiou a articulação da sociedade civil em torno do tema.

Em síntese, as falas sobre grandes eventos pediram:

- descentralização e redistribuição de eventos barulhentos, evitando concentração em poucos bairros;
- respeito a hospitais, escolas e áreas estritamente residenciais;
- limites claros para horário, frequência e volume de shows e blocos de rua;
- rigor técnico na concessão de alvarás, com participação das comunidades afetadas;
- e responsabilização de organizadores e concessionárias quando os limites são desrespeitados.

2.3 Poluição sonora proveniente de obras e grandes empreendimentos

O ruído de obras – principalmente as de grande porte e longa duração – também apareceu em vários depoimentos, muitas vezes associado a grandes empreendimentos privados.

Obras do complexo Cidade Matarazzo (Bela Vista)

Moradoras da região (Alda e Dirce), da associação de moradores local, relataram cerca de uma década de obras intensas no entorno do Cidade Matarazzo/Rosewood, incluindo movimentação de caminhões em horários estendidos e, posteriormente, eventos diários no complexo já inaugurado (festas, convenções, rooftop etc.). Apontaram grande número de reclamações ao PSIU, reuniões com subprefeitos e com a Secretaria de Urbanismo, além de representação ao Ministério Público, sem solução definitiva. Criticaram o fato de um empreendimento de alto padrão acumular premiações enquanto, na prática, gera impactos contínuos de ruído e circulação para a vizinhança.

Obras e operação do Complexo Pacaembu

Fábio (Viva Pacaembu), além de tratar dos eventos, também mencionou o período de obras de reforma do estádio, com escavações, movimentação de terra e maquinário pesado, em parte autorizados à noite, gerando noites sucessivas de barulho. Destacou que a autorização para obras noturnas em área residencial agrava a sensação de desproteção dos moradores.

Outras menções:

- **Rodrigo Dario** chamou atenção para o “boom” de obras imobiliárias pós-pandemia, com impacto acústico pouco considerado no planejamento urbano.
- **Regina** mencionou lava-rápidos como fonte constante de ruído de maquinário, equiparável a uma obra “permanente”.

As demandas ligadas às obras foram: cumprimento dos horários legais (evitando atividade ruidosa à noite em obras privadas), fiscalização efetiva de canteiros e inclusão do impacto sonoro nos estudos de impacto de vizinhança, exigindo medidas de mitigação antes da emissão de licenças.

2.4 Ruídos de tráfego aéreo (helicópteros e aviões)

Dois depoimentos destacaram a poluição sonora causada por helicópteros e, em menor medida, por aeronaves comerciais, evidenciando um problema que escapa à esfera tradicional de atuação das subprefeituras.

Débora Carone (Lapa/Pompéia – “Zona Oeste Sem Ruído”)

Débora relatou que a região onde mora está sob uma rota especial de helicópteros (“Rota Marte”), mas que o fluxo e a altitude praticados vão muito além do razoável. No fim de semana, podem ocorrer dezenas de voos por dia, e, em certos períodos, mais de dez sobrevoos em poucos minutos. Mencionou medições na Lapa e na Pompeia com níveis entre 70 e 100 dB, especialmente incômodos para quem trabalha em home office. Relatou que tem acionado ANAC, DECEA, Comando da Aeronáutica e Ministério Público,

mas encontra respostas fragmentadas e pouco efetivas. Pediu que o tema do ruído aeronáutico – especialmente helicópteros – seja incorporado às políticas municipais de despoluição sonora, inclusive na elaboração de mapas de ruído e na articulação da Prefeitura com órgãos federais.

Maria Constância (Vila Olímpia/Faria Lima)

Moradora da região há 26 anos, Maria Constância descreveu um cenário de intensa atividade de helicópteros em torno da Av. Faria Lima, com cerca de 10 helipontos num raio pequeno de sua residência e um hotel próximo (Blue Tree) realizando vários pousos e decolagens diários. Disse conviver com ruídos em torno de 90 dB dentro de casa e relatou ter investido em porta acústica sem sucesso. Contou que criou um perfil nas redes sociais (“Chega de Helicóptero São Paulo”) para registrar a situação, marcando autoridades, e que, no limite do desespero, chegou a pensar em se jogar da janela. Relatou também a presença de rota de aviões de Congonhas sobre a região. Expressou sentimento de invisibilidade, de desvalorização patrimonial e de falta de saída para quem não tem condições de simplesmente se mudar.

As demandas nesse tema incluíram:

- revisão da presença e da localização de helipontos em áreas residenciais;
- diálogo da Prefeitura com ANAC/DECEA para elevar altitudes, ordenar rotas e restringir voos de lazer em determinados horários;
- inclusão explícita do ruído aeronáutico em diagnósticos e planos municipais de despoluição sonora.

2.5 Ruído no ambiente escolar e impacto em crianças

Egli (SINESP/educação municipal)

Representante do Sindicato dos Especialistas de Educação, Egli destacou que o problema do ruído também afeta diretamente as escolas. Mencionou o som interno (recreio, quadras, gritos, campainhas) e o ruído externo (trânsito, carros de som, comércio ambulante) que invade salas de aula. Ressaltou o impacto sobre crianças com transtornos de atenção e TEA, e sobre a saúde vocal e mental dos profissionais da educação. Entre as propostas, defendeu:

- projetos arquitetônicos que afastem quadras e áreas barulhentas das salas, com soluções de isolamento;
- escolha mais criteriosa de locais para construção de escolas, considerando o ruído do entorno;
- e programas de educação para o silêncio, envolvendo alunos, famílias e comunidade para reduzir comportamentos ruidosos desnecessários.

Outros depoimentos reforçaram a vulnerabilidade de crianças e adolescentes: pais de crianças com TEA em bairros com pancadões e barulho noturno relataram crises sensoriais e noites em claro, com reflexos no desempenho escolar e na saúde mental.

2.6 Outras fontes de ruído urbano (trânsito, animais, vizinhança, infraestrutura, comércio informal)

Brito concentrou sua fala nas motos com escapamento aberto, que descreveu como “milhares de focos itinerantes” espalhando barulho pela cidade. Disse que o aumento dos serviços de entrega agravou o problema e defendeu campanhas educativas, fiscalização específica e legislação mais rigorosa para coibir escapamentos irregulares. Lembrou que, no passado, existiam placas “não buzine – hospital” e questionou por que hoje se tolera tanto barulho. Após sua fala, a vereadora mencionou projeto de lei em tramitação sobre radares sonoros para motos.

Magali Geara, portadora de misofonia e hiperacusia, relatou que vive em condomínio onde vários apartamentos têm cães que latem o dia inteiro, gerando intenso sofrimento. Propôs tratar o tema de forma semelhante às campanhas sobre recolhimento de fezes de animais: com enfoque pedagógico e informação sobre adestramento. Reforçou que o problema é dos donos, não dos animais, e pediu que o poder público e os condomínios incorporem essa pauta em campanhas de convivência.

Adriano enquadrou a poluição sonora como problema de segurança pública e afirmou que grande parte da crise decorre do desconhecimento das próprias forças policiais sobre a diferença entre poluição sonora e perturbação do sossego. Destacou que a Lei de Contravenções Penais (art. 42) não exige medição em decibéis e que, portanto, a maioria dos casos relatados pelos moradores poderia ser solucionada se a polícia aplicasse as leis já existentes, como o Código de Processo Penal, que determina a apreensão imediata do aparelho de som (art. 6º, II) e prevê ação penal pública incondicionada (art. 17): o agente deve agir de ofício, sem depender de denúncia formal do vizinho. Criticou a prática recorrente de ignorar esse dever sob o argumento do “cobertor curto” e lembrou que, em outros contextos – como Cracolândia ou furtos na Paulista – o Estado mobiliza efetivos quando decide agir. Defendeu que a solução passa por cumprimento rigoroso da legislação, responsabilização criminal conforme a Lei 9.099/95, condução do infrator ao distrito policial e apreensão sistemática de equipamentos, criando um efeito dissuasório. Concluiu que é necessária uma política pública de segurança acústica, com mais agentes na rua e menos dentro das bases, e atuação padronizada que utilize o ouvido do agente, não equipamentos especializados, como já prevê a legislação.

Outras fontes mencionadas:

- **Infraestrutura e equipamentos:** Regina citou a turbina da Santa Casa funcionando à noite; outros moradores falaram de geradores de energia de eventos e clubes, sem isolamento acústico adequado.
- **Comércio informal e ambulantes:** houve referência a camelôs e músicos de rua com caixas de som, especialmente no centro, que tocam por longos períodos.

- Pessoas na rua e população em situação de rua: alguns depoimentos mencionaram gritos e surtos na madrugada em portas de prédios, reconhecendo a interface entre som, saúde mental e assistência social.
- Sirenes e viaturas: apareceram indiretamente como parte do “paisagem sonora” urbana, com entendimento de que sirenes são necessárias, mas com desejo de evitar uso desnecessário em horário noturno.

De forma geral, os depoimentos mostraram que a poluição sonora é percebida como um problema difuso e sistêmico, em que múltiplas fontes – comércio, trânsito, obras, eventos, animais, infraestrutura – se somam, produzindo sobrecarga permanente. Os municípios pedem que o poder público trate o tema com a mesma seriedade que outras questões ambientais e de saúde, com ações coordenadas entre diferentes secretarias e esferas de governo.

João Moreirão (fala de encerramento – cumprimento da lei e crime ambiental)

João Moreirão fez uma síntese política das denúncias apresentadas, afirmando que o problema central da poluição sonora em São Paulo não é a falta de leis, mas a falta de cumprimento das normas existentes pelas autoridades públicas. Destacou dois níveis principais de ruído: bares e “barzinhos” que funcionam sem licença e deveriam ser simplesmente fechados, e grandes eventos promovidos ou autorizados pelo próprio poder público. Criticou a postura da Prefeitura de tratar casos claríssimos de ilegalidade como se dependessem de medições complexas, comparando a situação ao debate sobre a quantidade de droga que separa porte de tráfico, e afirmou que a administração municipal pratica “crime ambiental” ao conceder alvarás para megaeventos no Anhangabaú, no Campo de Marte e em outros espaços, sempre no limite máximo legal de decibéis, sem fiscalização efetiva. Argumentou que, nessas condições, a sociedade estaria pedindo ao “chefe do crime” que fiscalize o “pequeno criminoso”, e concluiu que, enquanto a cultura do pequeno ilícito for tolerada, a população seguirá desprotegida e exposta a níveis abusivos de ruído.

3. Denúncias, sugestões, demandas e encaminhamentos propostos

Ao longo da audiência pública foram registradas diversas denúncias formais de situações problemáticas, bem como sugestões de solução e encaminhamentos tanto por parte dos cidadãos quanto das autoridades presentes. Neste item resume-se as principais demandas e propostas levantadas e os compromissos encaminhados ao final da sessão:

Denúncias e pedidos dos municípios:

- **Cumprimento das leis existentes e fim da impunidade:** Houve clamor generalizado para que a Prefeitura e forças policiais façam valer a legislação já em vigor. Exemplos: aplicar a Lei de Zoneamento (limites de dB por zona/horário) sem complacência; usar a Lei de Contravenções Penais (art. 42) para apreender equipamentos sonoros e encerrar

festas ilegais de imediato; interditar estabelecimentos flagrados operando sem licença ou descumprindo lacres. Os moradores pediram ação mais enérgica e ágil – “fechar e acabou” para bares sem alvará, sem precisar de 4 visitas do PSIU, por exemplo.

- **Reforço e reestruturação da fiscalização (PSIU):** Praticamente todos cobraram melhoria no PSIU – desde aumento do efetivo de agentes (diante do dado de ~40 agentes apenas, consideraram crucial chegar a centenas, como prometido em anúncios), até funcionamento em horários noturnos e finais de semana (quando os problemas ocorrem). Pediu-se unificar protocolos nas Subprefeituras (fim da “loteria” de algumas fiscalizarem mais e outras quase nada). Também se denunciou fiscalização ineficaz: casos de PSIU vistoriar bar de madrugada abrindo chamado e só ir às 15h da tarde, quando não há ruído. Os munícipes demandam mudança nesses procedimentos, com fiscalização em loco no horário da denúncia.
- **Mais integração entre órgãos (fim do jogo de empurra):** Surgiu repetidamente a queixa de que um órgão licencia e outro tem que fiscalizar, gerando contradições. Exigiu-se que Secretaria de Licenciamento (SMUL) coordene-se com PSIU antes de autorizar eventos temporários, e que seja corresponsável pelo impacto. Também clamaram por operações conjuntas PM/GCM/Subprefeitura para acabar com pancadões (não adianta só a polícia dispersar se a Subprefeitura não fecha o comércio que alimenta o evento, por exemplo). Houve pedido expresso de treinamento das forças de segurança sobre poluição sonora: “policiais e guardas não sabem a diferença de poluição sonora e perturbação do sossego”, disse Adriano, e acabam não agindo por desconhecerem as ferramentas legais. Portanto, solicitou-se capacitação para que agentes municipais e PM entendam que não precisam de decibelímetro para caracterizar perturbação (podem agir de ofício).
- **Proteção e apoio aos denunciante:** Vários relataram sofrer ameaças após reclamar (Regina e Jair citaram ameaças de morte). Pede-se que denúncias ao 156/190 possam ser anônimas ou tratadas confidencialmente, e que os policiais não revelem o nome do reclamante aos infratores – isso foi um apelo claro após os casos relatados. Além disso, muitos pediram amparo do poder público para quem está adoecendo por ruído: Maria Constância p. ex. demandou atenção das autoridades de saúde mental para seu caso, e a Comissão orientou que ela terá assistência
- **Fiscalização de novas modalidades de ruído:** foi denunciado que faltam ações sobre helicópteros e motos barulhentas. Os munícipes pediram que a Prefeitura se envolva ativamente com a questão dos helipontos (por exemplo, restringindo autorização de novos helipontos em áreas densas ou limitando horários de voo via convênio com Aeronáutica). E no caso das motocicletas, cobraram que a CET e a Polícia atuem, pois escapamento aberto é infração de trânsito grave – querem ver blitz confiscando motos irregulares e aplicação de multa por ruído veicular. A vereadora informou que um PL de radar de ruído para isso está em andamento, o que atende parcialmente a demanda.

- **Revisão de permissões de eventos e uso do espaço público:** Moradores do centro pediram redução da frequência de eventos de rua em locais sensíveis (hospitais, áreas residenciais), com respeito a horários de silêncio noturno (após 22h). Pediram também análise de impacto antes de conceder licenças para grandes shows em estádio ou praças – se moradores e MP se manifestam contra, que a Prefeitura acate e negue quando cabível. Bruno e Jupira enfatizaram investigar como alvarás foram dados contrariando pareceres técnicos e responsabilizar quem o fez. Há demanda por TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) para eventos regulares: ex. existe um TAC para controlar eventos no Anhembi, e quer expandir isso a outros locais. Também pediu-se ouvir conselhos de moradores antes de planejar o carnaval e virada – institucionalizar essa participação.

Sugestões e soluções propostas (pela população e apoiadas pelos especialistas):

- **Vincular multas e sanções ao imóvel/proprietário:** Proposta trazida por Cristine e Daniel, e bastante apoiada, visando impedir a tática de trocar CNPJ para fugir de multa. Isso requer mudança na legislação municipal: a vereadora Cris Monteiro anotou a ideia para avaliar forma jurídica de implementar (possivelmente via alteração da Lei de PSIU ou Código de Atividades). Essa medida tornaria o dono do imóvel solidário na penalização, pressionando-o a não alugar para maus operadores.
- **Reduzir burocracia do PSIU e encurtar prazos de punição:** Houve consenso que o modelo atual – 1ª visita = advertência, 2ª = multa 15k, 3ª = multa 45k, 4ª = 90k, 5ª = fechamento – é lento demais. A vereadora informou já ter um PL para diminuir as etapas (por ex., acabar com advertência ou já fechar no 3º flagrante). Isso deve ser priorizado. Também se sugeriu permitir medidas cautelares imediatas (lacreção/interdição temporária) já na 2ª ou 3ª infração, pois hoje infratores prolongam meses até de fato serem fechados.
- **Tecnologia de monitoramento sonoro:** Propostas concretas: instalar decibelímetros inteligentes em locais estratégicos (principalmente onde há reincidência de pancadões ou eventos) para flagrar automaticamente excessos; implementar os mencionados radares de ruído para veículos (já pautados no PL 350/2025); exigir a tecnologia de limitadores de som lacrados em casas noturnas e bares com música como condição de alvará. Várias dessas ideias tiveram aval dos especialistas. O Mapa de Ruído do IPT pode embasar colocar sensores permanentes em zonas críticas.
- **Aumento do quadro de fiscais e nomeação imediata de concursados:** Foi um encaminhamento claro. Representantes da Prefeitura (Alexandre, online) confirmaram que existe aprovação para nomear +124 fiscais de postura (o que incluiria PSIU), e que deve-se lutar por esse chamamento integral (estava travado e só ocorreu após pressão do MP e vereadores). O resultado seria chegar perto de 500 fiscais de posturas (ainda

menos da metade do necessário pela lei, que seria 1.200 para SP). A vereadora Cris Monteiro comprometeu-se a acompanhar esse processo.

- **Mudanças normativas pontuais:** Diversas sugestões de mudar leis/decretos específicos surgiram:

- Revisão dos decretos do Vale do Anhangabaú e Av. Paulista (citada por Leonardo da SMUB) para limitar eventos e definir horários nesses locais.

- Legislação para helipontos: estudar se há como, em âmbito municipal, criar restrições (ex: zoneamento não permitir heliponto sem anuência de moradores).

- Atualização da Lei de Psiu (Lei 15.133/2010): incluir helipontos? endurecer reincidência?

- Criminalização local: Embora o art. 42 LCP já criminalize perturbação, falou-se em necessidade de pressionar a Polícia Civil a lavrar Termos Circunstanciados e conduzir responsáveis ao distrito quando cabível. A audiência propôs encaminhar essa demanda ao Delegado Geral e ao Secretário de Segurança Pública do Estado – ou seja, que oriente suas equipes a agir nessas ocorrências e não minimizar.

- Vedações em alvarás: Exigir que alvarás de eventos temporários emitidos pela SMUL/CONTRU tenham cláusulas explícitas de horário limite e decibéis permitidos, e prever cancelamento imediato do evento se descumprido (hoje, segundo Jupira, sempre se dá o “máximo legal”, que acaba sendo fictício pois nunca se fiscaliza que o evento respeite 45 dB noturnos – isso precisa mudar).

- **Educação e conscientização contínua:** Várias propostas de cunho educativo foram sugeridas:

- Campanhas municipais: Solicitar que a Prefeitura (talvez via Secretaria do Verde e Meio Ambiente ou Saúde) promova campanha de conscientização sobre poluição sonora, semelhante às de dengue ou trânsito. A ideia de Magali de uma campanha sobre latidos, de Egli sobre silêncio nas escolas e de Brito sobre motos convergem para inserir o tema no imaginário popular.

- Inserção do tema nas escolas: Egli sugeriu levar ao Secretário de Educação uma proposta de incluir no currículo socioambiental a questão do ruído. Isso deve ser objeto de indicação legislativa.

Encaminhamentos finais pela Comissão:

Ao término da audiência, a Vereadora Cris Monteiro apresentou os encaminhamentos formais resultantes do debate, incluindo:

- Elaboração de Relatório detalhado, a ser distribuído a todos os secretários convidados, ao Prefeito e aos órgãos pertinentes, consolidando as denúncias e propostas.

- Agendamento de reuniões de cobrança com os Secretários Municipais (Subprefeituras, Urbanismo, Saúde, Cultura, Verde/Meio Ambiente). A vereadora comprometeu-se a, pessoalmente, se reunir com cada um deles, entregar o relatório e exigir respostas sobre como planejam solucionar as demandas de sua alçada. Mencionou inclusive que levaria o resumo ao Prefeito Ricardo Nunes.

Em sua fala ao final da audiência, Marcelo Sando destacou o surgimento da Frente Cidadã como uma resposta da população. Em apenas 4 meses, a Frente conseguiu articular diversos movimentos de bairros e associações de moradores sob uma pauta comum. Ele afirmou que a sociedade civil organizada tem poder e que a união de grupos dispersos em uma frente única confere muito mais força política para pressionar mudanças.

Marcelo anunciou a realização do “1º Encontro Brasileiro pela Despoluição Sonora” para o dia 1º de dezembro de 2025, na Fundação Getúlio Vargas. Esse evento – aberto ao público – contará com a presença de órgãos como o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de vereadores e deputados engajados na causa. O objetivo é debater soluções e firmar compromissos interinstitucionais. Marcelo convidou todos os presentes e munícipes a acessarem o site da Frente (despoluicaoosonora.org) e seguirem o perfil @DespoluicaoSonora no Instagram, para acompanhar notícias, aderir ao movimento e participar das próximas ações.

A Frente pretende atuar em múltiplas frentes de poder: negociando com o Executivo municipal (já tiveram reuniões com secretários), articulando propostas com o Legislativo (apoando leis mais rígidas) e acionando o Judiciário quando necessário (por meio de representações e ações civis públicas). Marcelo reforçou que a potência da sociedade aumenta quando ela está junta e que somente com pressão popular contínua São Paulo será uma cidade melhor para todos.

A vereadora encerrou a audiência na sequência, reiterando apoio ao movimento e declarando encerrados os trabalhos às 21h15.

Conclusão

Em conclusão, a audiência pública de 10/11/2025 marcou um passo importante ao dar voz às vítimas da poluição sonora e reunir autoridades para ouvi-las. Ficou patente que o barulho na cidade atenta contra o direito essencial e inalienável à saúde, algo que vem sendo negligenciado mas não será mais. A mobilização social e as sinalizações dos representantes da gestão municipal durante o evento trazem uma perspectiva otimista de que, com fiscalização inteligente, leis atualizadas e engajamento cidadão, São Paulo pode se tornar uma cidade menos barulhenta e mais saudável no futuro próximo.

Conforme bem resumiu a vereadora Cris Monteiro em suas palavras finais: “Queremos uma cidade pujante e criativa, mas que seja para todos – inclusive para quem quer ler um livro, dormir ou simplesmente ter paz. Diversão para uns não pode significar doença para outros”. Com esse princípio norteando as ações encaminhadas, espera-se agora a efetiva implementação das melhorias e o atendimento das demandas aqui registradas, devolvendo aos paulistanos o direito ao sossego e ao bem-estar em sua própria cidade.

São Paulo, 12 de novembro de 2025



Marcelo Sando

(11) 97096-9404 / marcelo@marcelosando.com

Idealizador da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora e do movimento Paulista Boa para Todos

despoluicaoosonora.org

